19º SIMULADO OAB 2013.2

27 DE SETEMBRO DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 27/set e extinguir-se-á às 13hs do dia 30/set. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 03/out.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 03/out.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 27/Set | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 27/Set | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 30/Set | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 03/Out | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 03/Out | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. No Direito Administrativo, o Princípio da Legalidade consiste em afirmar que:**

(A) é possível fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.

(B) presume-se legítimo todo ato administrativo, enquanto não for revogado ou declarado nulo.

(C) só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza ou permite.

(D) é necessário indicar nos atos administrativos a sua fundamentação legal.

**2. É correto concluir que discricionariedade:**

(A) a discricionariedade é uma garantia que tem o agente público para atuar à margem da lei na escolha dos critérios de conveniência e oportu­nidade.

(B) a discricionariedade é uma atuação legítima e em nenhuma hipótese pode ser passível de controle pelo Poder Judiciário.

(C) o controle do poder discricionário viola princípio da separação dos Poderes

(D) o poder discricionário da Administração Pública não inviabiliza o controle do Poder Judiciário, principalmente quando existe expressa violação ao principio da razoabilidade.

**3. O Prefeito de determinado Município no interior do Estado de Santa Catarina edita normas gerais e abstratas para viabilizar o fiel cumprimento da lei. Este ato está baseado em seu poder:**

(A) regulamentar

(B) legislativo

(C) regulador

(D) regulatório

**4. Em relação aos conceitos de fato administrativos, ato adminis­trativo, contrato administrativo, convênio administrativo, analise as alternativas a seguir:**

**I. Ato administrativo é uma manifestação unilateral de vontade da administração pública.**

**II. Contrato Administrativo é um ajuste bilateral entre a adminis­tração pública e um particular para consecução de objetivos de interesse público.**

**III. Fato administrativo é uma realização material da administração pública em cumprimento de alguma decisão administrativa.**

**IV- Convênio Administrativo é uma manifestação multilateral de vontades envolvendo a Administração Pública para a consecução de objetivos de interesses comuns.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I, III e IV estiverem corretas.

(B) se somente a afirmativa I e II, estiverem corretas.

(C) se somente a afirmativa II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

**5. Com base na Lei 9.784/99, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favorá­veis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.**

**II. O prazo de decadência, na hipótese de efeitos patrimoniais contínuos, será contado a partir da percepção do primeiro pagamento.**

**III. A convalidação é da competência privativa da própria Administração, logo, é incabível que o órgão jurisdicional pratique a convalidação de atos administrativos, a menos que se trate de seus próprios atos administrativos.**

**IV. Na revogação, a Administração Pública atua com discricionariedade, exercendo o poder de autotutela quanto a motivos de mérito, avaliando a conveniência e a oportunidade de suprimir o ato administrativo.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**6. A respeito dos convênios de cooperação e consórcios públicos previstos no art. 241 da Consti­tuição Federal e regulamentados pela Lei nº 11.107/05, assinale a alternativa correta.**

(A) O contrato de programa, cuja celebração pode ser autorizada no convênio de cooperação, não é espécie de contrato administrativo em sentido estrito.

(B) Apenas um deles é instrumento apto para trans­ferir e organizar a gestão associada de serviços públicos.

(C) Consórcios públicos podem contratar parcerias público-privadas, mas não concessões comuns.

(D) Consórcios públicos diferenciam se dos convênios de cooperação porque sua criação depende de lei e podem ser geridos por um órgão colegiado despersonalizado com representantes de cada ente federativo.

**7. O estagiário, numa Vara Cível ou Criminal, exerce:**

(A) cargo efetivo.

(B) cargo comissionado.

(C) função gratificada.

(D) função pública.

**8. Analise as afirmativas abaixo, relativas à Lei de improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) e assinale a alternativa incorreta.**

(A) As disposições da lei nº. 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

(B) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei nº, 8.429/92, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vinculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entida­des públicas da Administração direta e indireta.

(C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

(D) Estão sujeitos às regularidades da lei na 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.

**9. Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirma­tivas a seguir:**

**I. O funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da indepen­dência entre as instâncias, mesmo que as condições fáticas forem semelhantes, haja dano e o fato for capitulado como infração funcional.**

**II. A absolvição judicial criminal do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.**

**III. A Administração Pública pode demitir funcionário público por corrupção passiva antes de transitado em julgado da sentença penal condenatória.**

**IV. A absolvição do servidor público, em ação penal transitada em julgado, por não provada a autoria, implica a impossibilidade de aplicação de pena disciplinar administrativa, porém permite a ação regressiva civil para ressarcimento de dano ao erário.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem cor­retas.

**10. De acordo com a Lei Federal 8.666/93, a modalidade de licitação que comporta menor formalismo, porque se destina a contratações de menor vulto, é denominada:**

(A) pregão.

(B) convite.

(C) concurso.

(D) tomada de preços.

**Constitucional**

**11. Relativamente ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

(B) As deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria dos votos, presente qualquer quantidade de seus membros.

(C) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas são, dentre outras coisas, da competência exclusiva do Congresso Nacional.

(D) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos de acordo com a imunidade material.

**12. Relativamente aos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

(B) O brasileiro nato não pode ser extraditado.

(C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

(D) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

**13. No que se refere às prerrogativas conferidas aos parlamentares no país, assinale a opção correta.**

(A) Embora a Constituição Federal não disponha acerca das imunidades formais dos Vereadores, o STF tem entendimento consolidado de que é possível estender a eles o regime aplicável aos parlamentares federais e estaduais, desde que assim disponha a respectiva constituição estadual.

(B) o Senador não pode ser processado, durante o curso do seu mandato, por crime comum ocorrido após sua diplomação.

(C) a regra da atualidade do mandato norteia a prerrogativa de foro funcional, evitando-se assim ofensa ao princípio da igualdade.

(D) segundo entendimento jurisprudencial, os suplentes gozam de imunidades parlamentares.

**14. Sobre as súmulas vinculantes, assinale a opção incorreta.**

(A) Os Tribunais brasileiros poderão poderá apresentar propostas de súmulas vinculantes ao Supremo Tribunal Federal.

(B) O quórum necessário para a aprovação das súmulas é o de dois terços.

(C) Não há previsão legal de atuação do *amicus curiae* no processo de edição, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes.

(D) É possível a modulação temporal dos efeitos da súmula, desde que a decisão seja respaldada pelo voto de dois terços dos Ministros.

**15. Assinale a alternativa correta sobre a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e o controle de constitucionalidade:**

(A) O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal;

(B) O objeto da ADI é lei ou ato normativo federal ou estadual e com isso, pode-se concluir que os atos normativos do Distrito Federal que expressem matéria estadual também podem ser analisados pela ação;

(C) As leis municipais podem ser declaradas inconstitucionais em sede de ADI pelos Tribunais de Justiça, caso contrariem texto da Constituição Federal;

(D) As emendas constitucionais não são passíveis de controle de constitucionalidade, por serem normas que passam a integrar a própria Constituição.

**16. Analise os itens abaixo:**

**I. Todos os cargos de ministros de Tribunais Superiores devem ser ocupados por brasileiros natos.**

**II. A Constituição da República Federativa do Brasil veda a estipulação de novas hipóteses de inelegibilidade relativa por meio de espécie legislativa infraconstitucional.**

**III. A ação judicial que tiver por finalidade impugnar mandato eletivo deverá tramitar em segredo de justiça.**

**Está (ão) CORRETO(S):**

(A) Todos os itens.

(B) Apenas o item III.

(C) Apenas os itens I e II.

(D) Apenas os itens I e III.

**17. Minotauro é presidente do Brasil e Golias é o Vice-Presidente. Minotauro faleceu na semana passada de ataque cardíaco e Golias faleceu ontem em um trágico acidente de trânsito. Assim, diante da vacância de ambos os cargos, na ordem sucessiva prevista na Constituição Federal brasileira, será chamado primeiramente ao exercício da Presidência, até a realização das eleições, o:**

(A) Presidente do Senado Federal.

(B) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(C) Presidente da Câmara dos Deputados.

(D) Ministro das Forças Armadas.

**18. Assinale a resposta correta.**

(A) A lei anterior à Constituição Federal incompatível, na sua forma, com a nova Carta da República, não deve ser recepcionada pelo novo ordenamento jurídico.

(B) As normas de eficácia contida não podem ter a sua eficácia reduzida por normas infraconstitucionais.

(C) Todo Decreto-Lei editado antes da Constituição de 1988 perdeu eficácia depois da promulgação desta, uma vez que a ordem constitucional em vigor não previu tal instrumento normativo.

(D) Lei ordinária anterior à Constituição de 1988, com ela materialmente compatível, é tida como recebida pela nova ordem constitucional, mesmo que esta exija lei complementar para regular o assunto.

**19. Para acessar dados públicos denegados pelo Estado, é cabível:**

(A) Habeas data;

(B) Ação Popular;

(C) Mandado de Injunção;

(D) Mandado de Segurança.

**20. Com relação ao seu processo de alteração, a Constituição de 1988 é:**

(A) rígida;

(B) dogmática;

(C) flexível;

(D) histórica.

**Deontologia**

**21. Entre as hipóteses abaixo, qualifica-se como de impedimento o exercício da advocacia:**

(A) por militares de qualquer natureza, na ativa.

(B) por ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública.

(C) por ocupantes de cargos ou funções que tenham competência para a fiscalização de tributos.

(D) pelos membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.

**22. NÃO constitui direito do advogado de acordo com a Lei 8.906/94:**

(A) retirar, como regra, autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.

(B) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

(C) ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

(D) não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

**23. É correto afirmar que o advogado:**

(A) tem imunidade profissional, não constituindo desacato punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade.

(B) pode ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime grave contra a honra.

(C) pode, no caso de infração, sujeitar-se às sanções de advertência, censura, multa, suspensão ou exclusão.

(D) não tem direito a vista de processo judicial que tramite sob regime de segredo de justiça.

**24. Sobre órgãos da OAB, de acordo com o EAOAB (Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil), é incorreto afirmar:**

(A) De acordo com o atual EAOAB, o Conselho Federal é formado por conselheiros federais integrantes das delegações de cada unidade federativa mais os ex-presidentes que tomaram posse até 1994, pois, de acordo com a nova Lei, não mais integrarão o Conselho Federal aqueles ex-presidentes que passaram a exercer a atividade após o mesmo ano.

(B) Todos os órgãos possuem personalidade jurídica, exceto as subseções.

(C) A Caixa de Assistência dos Advogados tem como base territorial a mesma dos Conselhos Seccionais, ou seja, estados, DF e territórios.

(D) O Conselho Seccional é composto pelos conselheiros seccionais em número proporcional ao número de advogados inscritos, bem como pelos ex-presidentes do Conselho Seccional.

**25. De acordo com o Regulamento Geral são comissões obrigatórias:**

(A) Comissão OAB Jovem, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Exame de Ordem.

(B) Comissão OAB Jovem, Comissão da Advogada Mulher e Comissão de Advogados Idosos.

(C) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas e Comissão de Estágio e Exame de Ordem.

(D) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas, Comissão de Estágio e Exame de Ordem e Comissão OAB Jovem.

**26. Constitui direito do advogado:**

(A) visitar seu cliente que esteja preso em estabelecimento penitenciário, desde que tenha procuração.

(B) obter vista dos autos de um processo sob segredo de justiça, mesmo sem procuração.

(C) exercer a profissão em todo o território nacional, independentemente do número de causas em cada estado.

(D) usar a expressão “pela ordem” em qualquer juízo para replicar censura que lhe for feita durante o julgamento.

**27. Um advogado, mesmo sabendo que o empregado, dispensado sem justa causa, havia recebido do empregador todas as verbas resilitórias que lhe eram devidas, aceitou procuração daquele empregado e ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando o pagamento das mesmas verbas já recebidas.**

**Pergunta-se: Como se denomina tal procedimento daquele advogado?**

(A) Tergiversação

(B) Patrocínio Infiel

(C) Lide Temerária

(D) Repetição do Indébito

**28. Um advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi eleito Deputado Federal, tomou posse e está exercendo o seu mandato legislativo.**

**Pergunta-se: Quanto ao exercício da advocacia e a OAB-RJ, como fica a situação daquele advogado?**

(A) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;

(B) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra as pessoas de direito público em geral;

(C) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá exercer a advocacia;

(D) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver exercendo o mandato de Deputado Federal.

**29. Lara é sócia de determinada sociedade de advogados com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo. Foi convidada a integrar, cumulativamente e também como sócia, os quadros de outra sociedade de advogados, esta com sede em São Paulo e sem filiais. Aceitou o convite e rapidamente providenciou sua inscrição suplementar na OAB/SP, tendo em vista que passaria a exercer habitualmente a profissão nesse estado.**

(A) Lara agiu corretamente, pois, considerando-se que passaria a atuar em mais do que cinco causas por ano em São Paulo, era necessário que promovesse sua inscrição suplementar nesse estado.

(B) Lara não agiu corretamente, pois é vedado ao advogado integrar mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

(C) Lara não agiu corretamente, pois é vedado ao advogado integrar mais de uma sociedade de advogados dentro do território nacional.

(D) Lara agiu corretamente e sequer era necessário que promovesse sua inscrição suplementar, pois passaria a exercer a profissão em São Paulo na qualidade de sócia e não de advogada empregada da sociedade em questão.

**30. Determinado advogado, valendo-se dos poderes para receber, que lhe foram outorgados pelo autor de certa demanda, promove o levantamento da quantia depositada pelo réu e não presta contas ao seu cliente, apropriando-se dos valores recebidos. Por tal infração disciplinar, qual a sanção prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB?**

(A) Censura, com possibilidade de conversão em advertência, caso o advogado infrator preste contas ao seu cliente antes do fim do processo disciplinar instaurado na OAB.

(B) Suspensão pelo prazo de 30 (trinta dias) a 12 (doze) meses, perdurando a suspensão até que o advogado satisfaça integralmente a dívida.

(C) Suspensão pelo prazo máximo de 30 (trinta dias).

(D) Exclusão.

**Direito e Processo Penal**

**31. Sobre a lei excepcional ou temporária, é correto afirmar que:**

(A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(B) A lei excepcional ou temporária, após decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.

(C) A lei excepcional ou temporária, não é tratada atualmente pelo Código Penal.

(D) A lei excepcional ou temporária, apesar de ser tratada pelo atual Código Penal, é considerada não recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

**32. Acerca do conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo princípio:**

1. da tempestividade;
2. da consunção;

(C) da especialidade;

(D) da subsidiariedade tácita.

**33. “Furto famélico” é aquele furto praticado:**

(A) por quem, surpreendido, foge e agride o perseguidor.

(B) Por quem, em estado de extrema penúria, é impelido pela fome, pela necessidade de se alimentar.

(C) Em continuidade delitiva.

(D) Entre membros de uma mesma família.

**34. A respeito dos institutos da desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior, marque a opção correta:**

(A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde por seus atos já praticados.

(B) Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

(C) O agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

(D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

**35. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta:**

(A) O resultado, de que depende a existência do crime, nunca é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

(B) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

(C) A omissão é não penalmente relevante, mesmo quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

(D) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, aumentada de um a dois terços.

**36. A impossibilidade da identificação do indiciado, preso, com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos implicará:**

(A) na devolução do inquérito policial à polícia para diligências no sentido de esclarecer a verdadeira identificação do indiciado.

(B) no não retardamento da propositura da ação penal.

(C) no arquivamento do inquérito policial, até que se descubra a verdadeira identificação do indiciado.

(D) na rejeição da denúncia que vier a ser ofertada pelo Ministério Público.

**37. Marque a alternativa correta, o inquérito policial deverá terminar no prazo de:**

(A) 15 (quinze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.

(B) 15 (quinze) dias, independentemente de qualquer motivo.

(C) 30 (trinta) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.

(D) 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**38. Considere as decisões abaixo proferidas no juízo criminal.**

**I. Sentença que reconhece categoricamente a inexistência material do fato.**

**II. Sentença que decide que o fato imputado ao réu não constitui crime.**

**III. Decisão que julga extinta a punibilidade do réu.**

**IV. Despacho que determina o arquivamento do inquérito policial.**

**Faz coisa julgada no cível, impedindo a propositura da ação civil para ressarcimento do dano contra o autor do fato e, se for o caso, contra o responsável civil, a(s) indicada (s) APENAS em:**

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

**39. São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 10.259/01 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal:**

(A) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, ou multa, excetuado os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(B) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

(C) Crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a três anos, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(D) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, ou multa.

**40. Considere os recursos abaixo.**

**I. Apelação.**

**II. Recurso em Sentido Estrito.**

**III. Protesto por Novo Júri.**

**IV. Agravo de Petição.**

**V. Recurso Especial.**

**VI. Recurso Extraordinário.**

**São cabíveis, dentre outros, no âmbito do processo penal brasileiro, os indicados APENAS em:**

(A) I, III, IV e V.

(B) I, II, IV, V e VI.

(C) II, III, IV e VI.

(D) I, II, V e VI.

**Empresarial**

**41. Acerca da disciplina normativa do cheque, assinale a opção correta.**

(A) A lei veda ao banco sacado a prestação de aval para garantir o pagamento do cheque.

(B) Admite-se, excepcionalmente, a estipulação de cláusula de juros inserida no cheque.

(C) A lei admite a emissão de cheque contra banco, instituição financeira ou cooperativa de crédito.

(D) Assim como os demais títulos de crédito, o cheque deve ser apresentado para aceite.

**42. A respeito da sociedade em comum, é correto afirmar que:**

(A) os sócios respondem individual e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

(B) são regidas pelas disposições das sociedades simples.

(C) na relação com terceiros, os sócios podem comprovar a existência da sociedade de qualquer modo.

(D) os sócios são titulares solidários das dívidas sociais.

**43. Em relação à Sociedade em Conta de Participação NÃO é correto afirmar que:**

(A) é uma sociedade empresária personificada e de pessoas.

(B) a atividade constitutiva do objeto social deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo.

(C) o contrato social produz efeito somente entre os sócios.

(D) as contribuições dos sócios participante e ostensivo constituem patrimônio especial.

**44. De acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações, as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confiram a seus titulares, podem ser ordinárias, preferenciais ou de fruição. As ações de fruição:**

(A) são tipicamente usadas por acionistas especuladores, ou por aqueles que não têm interesse na gestão da sociedade.

(B) constituem títulos que podem ser atribuídos aos acionistas após suas ações serem integralmente amortizadas.

(C) conferem aos titulares apenas os direitos comuns de acionista sem quaisquer privilégios ou vantagens.

(D) conferem ao titular algum privilégio ou vantagem de ordem patrimonial, sem que, entretanto, o acionista tenha direito de participação nos lucros reais.

**45. As condutas relacionadas nas alternativas a seguir, quando realizadas pelo devedor, podem ser consideradas como atos de falência, à exceção de uma. Assinale-a.**

(A) Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados.

(B) Transferir estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.

(C) Simular a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor.

(D) Dar ou reforçar garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.

**Direito e Processo Civil**

**46. Em relação à interpretação do negócio jurídico, é correto afirmar que:**

(A) na vontade declarada atender-se-á mais à intenção das partes do que à literalidade da linguagem.

(B) quaisquer negócios jurídicos onerosos interpretam-se estritamente.

(C) a renúncia interpreta-se ampliativamente.

(D) o silêncio da parte importa sempre anuência ao que foi requerido pela outra parte.

**47. Em relação aos bens:**

(A) pertenças são bens que constituem partes integrantes de outros bens móveis ou imóveis, para incremento de sua utilidade.

(B) são móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

(C) infungíveis são os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(D) não perdem o caráter de bens imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.

**48. No tocante aos direitos da personalidade,**

(A) nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

(B) é irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(C) a ameaça ou a lesão a eles não se estendem aos mortos, por serem personalíssimas.

(D) é sempre possível a comercialização de partes do próprio corpo, se com a disposição não houver diminuição permanente da integridade física do doador.

**49. No que tange ao penhor:**

(A) são credores pignoratícios, desde que contratado desse modo, os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, joias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito.

(B) constitui-se o penhor, como regra geral, pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

(C) no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas são transferidas ao credor, que as deve guardar e conservar.

(D) não podem ser objeto de penhor agrícola os animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola, nem as colheitas pendentes ou em vias de formação.

**50. Em relação às condições da ação:**

(A) o interesse processual de agir diz respeito à admissibilidade em abstrato, pelo ordenamento jurídico, do pedido do autor.

(B) em primeiro grau de jurisdição, o juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo, enquanto não proferida a sentença de mérito, de sua ocorrência ou não.

(C) a ilegitimidade para agir no polo ativo deve ser arguida em contestação pelo réu, sob pena de preclusão.

(D) reconhecida a ausência de qualquer delas, a sentença proferida formará sempre coisa julgada material.

**51. A respeito de responsabilidade civil, assinale a opção correta.**

(A) O menor de dezoito anos de idade responde pelo prejuízo a que der causa, mesmo que, para isso, tenha de entregar a totalidade de seus bens.

(B) Considere que Luiz tenha sido emancipado por seus pais logo após ter atropelado Clara, que faleceu em decorrência do atropelamento. Nessa situação, os pais de Luiz não respondem solidariamente pelos atos por ele praticados.

(C) Considere que Fernando, menor emancipado voluntariamente pelos pais, dirigia o carro de Pedro quando colidiu com o portão da casa de Paula. Nessa situação, são solidariamente obrigados a reparar os danos causados a Paula: o menor, seus pais e o proprietário do veículo.

(D) Para que aquele que praticou ato ilícito esteja obrigado a reparar o dano, basta que seja demonstrado o dolo.

**52. Dos institutos seguintes, não se caracteriza como intervenção de terceiros:**

(A) a oposição.

(B) a denunciação à lide.

(C) o litisconsórcio.

(D) o chamamento ao processo.

**53. Quanto à competência:**

(A) havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ordenará a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

(B) dá-se a litispendência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo abrange o das outras.

(C) a competência em razão da matéria e da hierarquia é derrogável pela convenção das partes.

(D) a incompetência absoluta é arguida por meio de exceção; a relativa, por meio de preliminar oferecida na contestação.

**54. Na execução por quantia certa contra devedor solvente,**

(A) ao despachar a inicial, o juiz fixará desde logo os honorários do advogado do credor; se o executado pagar imediatamente o débito, ficará isento dessa verba honorária.

(B) o executado será citado para, no prazo de 24 horas, efetuar o pagamento da dívida ou nomear bens à penhora.

(C) são absolutamente impenhoráveis os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.

(D) o executado não pode ser compelido a dizer onde se encontram bens seus passíveis de penhora; tal ordem judicial configuraria constrangimento ilegal, por ser direito do executado silenciar a respeito.

**55. As medidas cautelares:**

(A) são sempre específicas, pelo princípio da taxatividade, inexistindo cautelares inominadas em nosso processo civil.

(B) só podem ser concedidas após audiência prévia de justificação, determinada prioritariamente pelo juiz.

(C) por sua natureza de urgência, não admitem a designação de audiência de instrução e julgamento.

(D) podem ser instauradas antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. O aviso-prévio é conceituado pela Doutrina como sendo uma prévia comunicação sobre a ruptura contratual. Nos termos das normas trabalhistas aplicáveis ao instituto,**

(A) a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo do aviso-prévio comunicado, não comportando reconsideração pela parte notificante antes de seu termo final.

(B) o aviso-prévio é ato unilateral devido apenas quando o empregador pretender rescindir o contrato de trabalho independentemente de haver justo motivo.

(C) a justa causa para rescisão do contrato de trabalho não pode ser aplicada durante o período de cumpri mento do aviso-prévio.

(D) a falta do aviso-prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

**57. Com fundamento na legislação aplicável ao trabalho temporário é correto afirmar:**

(A) A empresa de trabalho temporário é a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por ela remunerados e assistidos.

(B) Será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

(C) O contrato de trabalho celebrado entre a empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição da empresa tomadora ou cliente poderá ser celebrado verbalmente ou por escrito, sendo vedada a modalidade de contrato tácito.

(D) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de seis meses, salvo mediante autorização do Ministério do Trabalho.

**58. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta normas sobre segurança e medicina do trabalho, regulamentando as atividades insalubres e perigosas. Conforme essas regras,**

(A) o adicional a ser pago ao trabalhador que exerce atividades insalubres é de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário básico.

(B) o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

(C) caso verificado o trabalho em condições de insalubridade e periculosidade, o empregado somente poderá receber o adicional de periculosidade.

(D) o exercício do trabalho em condições insalubres, conforme seu grau assegura a percepção de adicional de 50% (cinquenta por cento), 25% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região.

**59. Em relação às estabilidades provisórias no emprego, assinale a alternativa incorreta:**

(A) A estabilidade da gestante estende-se desde a confirmação da gravidez até 6 meses após o parto.

(B) A estabilidade do dirigente sindical vai desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.

(C) A estabilidade é assegurada ao dirigente sindical eleito como titular e ao eleito como suplente.

(D) O empregado acidentado no trabalho tem garantido, pelo prazo mínimo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

**60. Considerando as regras da CLT sobre rescisão do contrato de trabalho, é INCORRETO afirmar:**

(A) Aos contratos por prazo determinado que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado aplica-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

(B) No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.

(C) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, não há que se falar em recebimento de indenização.

(D) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.

**61. Gabriel ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa “Quero Ltda.”, que foi julgada procedente. Após o trânsito em julgado, já na fase de execução de sentença, Jéssica, prima de Augusto, sócio da empresa reclamada, teve uma casa de sua propriedade penhorada. Jéssica ajuizou Embargos de Terceiro, uma vez que nunca foi sócia da referida empresa. Em sede de recurso, contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho competente, o advogado de Gabriel pretende interpor Recurso de Revista. Neste caso, o referido Recurso de Revista:**

(A) não é cabível, em nenhuma hipótese, por expressa vedação constitucional, devendo a parte interpor originariamente Recurso Ordinário no prazo legal.

(B) não é cabível, em nenhuma hipótese, por expressa vedação prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

(C) não é cabível, em nenhuma hipótese, por expressa vedação constitucional, devendo a parte interpor Agravo de Petição no prazo legal.

(D) somente será cabível na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

**62. Luiza, residente na cidade do Rio de Janeiro, foi contratada em Niterói para trabalhar como assessora jurídica da Empresa TTX Ltda., cuja matriz está sediada na cidade de Duque de Caxias. Após dois anos de contrato prestado na filial da empresa na cidade de Angra dos Reis, foi dispensada, embora tenha avisado o seu empregador que estava grávida. Luiza decidiu ajuizar reclamação trabalhista postulando a sua reintegração por estabilidade gestante. De acordo com a CLT, a Vara do Trabalho competente para processar e julgar a demanda é a do município de;**

(A) Angra dos Reis, por ser o local da prestação dos serviços.

(B) Duque de Caxias, em razão de ser a matriz da empresa empregadora que é ré na ação.

(C) Rio de Janeiro, por ser o local da residência da trabalhadora.

(D) Niterói, porque foi o local da contratação da trabalhadora.

**63. A Consolidação das Leis do Trabalho possui regras específicas sobre atos, termos e prazos processuais a serem observados nos dissídios individuais trabalhistas. A esse respeito é correto afirmar que:**

(A) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.

(B) os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, que deverá ocorrer até o encerramento do juízo conciliatório.

(C) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

(D) os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou feriado, não serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

**64. Gabrielle foi dispensada sem justa causa, mas não recebeu as verbas rescisórias a que tinha direito. Assim, ajuizou, em setembro de 2013, reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a loja de aviamentos “Legal S/A.” dando à causa o valor de R$ 20.000,00. Julia e Maria, proprietárias da loja, pretendem levar as empregadas Louise, Marcella e Milena como testemunhas. Considerando que Louise é prima de Marcella que é tia de Milena que por sua vez é amiga íntima de Louise, é correto afirmar que:**

(A) apenas Louise pode ser testemunha, podendo Marcella e Milena serem ouvidas como informantes.

(B) as três empregadas podem ser testemunhas, sendo permitida a oitiva de apenas duas testemunhas.

(C) as três empregadas não poderão ser testemunhas em razão do grau de parentesco existente, podendo Marcella e Milena serem ouvidas como informantes.

(D) as três empregadas podem ser testemunhas, sendo permitida a oitiva das três desde que previamente arroladas.

**65. O *jus postulandi* previsto direito processual do trabalho alcança:**

(A) a ação rescisória.

(B) o recurso de revista interposto ao Tribunal Superior do Trabalho.

(C) o recurso de embargos interposto no Tribunal Superior do Trabalho.

(D) o recurso ordinário interposto ao Tribunal Regional do Trabalho.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade de exercício, mas não obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto sobre:**

(A) a renda (IR).

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele poderá ser cobrado 90 dias depois, no mesmo exercício financeiro;**

**III – O IPTU não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) as assertivas I e II;

(B) as assertivas I e III;

(C) as assertivas II e III;

(D) somente a assertiva II.

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei;

(B) medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos;

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese;

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**69. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2005, Ismália não apresentou à Receita Federal a “declaração de isento”, exigida de todos aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), cuja renda anual não ultrapassa a faixa de isenção do Imposto de Renda. Supondo que o descumprimento de tal obrigação fosse apenada, pela lei federal, com multa no valor de R$ 150,00, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |